

CNPJ 34.028.316/0001-03

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

				R\$	
ATIVO		2003	2002	PASSIVO	
		2003	2002	2003	2002
Circulante		1.668.274.910,09	1.672.164.623,67	Circulante	
Disponível		759.665.925,49	850.523.628,18	Fornecedores	1.459.544.365,50
Caixa		69.730.010,68	50.804.665,88	Salários e Consignações	1.482.491.707,89
Bancos		125.169.263,52	54.507.106,26	Encargos Sociais	293.279.715,36
Aplicações		564.766.651,29	745.211.856,04	Impostos e Contribuições	266.388.590,41
Créditos		721.281.326,59	635.962.139,57	Dividendos a Pagar	36.196.471,45
Clientes		721.281.326,59	635.962.139,57	Arrecadações e Recebimentos	82.198.789,94
Estoques		39.296.513,64	34.887.151,45	Adiantamentos de Clientes	68.449.936,38
Despesas Antecipadas		4.660.581,53	2.918.716,37	Débitos Negociados	113.303.598,41
Outros Valores e Bens		143.370.562,84	147.872.988,10	Contas Internacionais a Pagar	137.125.368,72
Adiantamentos		49.077.643,61	48.367.639,67	Precatórios Judiciais	334.007.319,12
Valores a Compensar		19.685.039,46	21.181.531,19	Débitos Negociados	-
Cobrança Jurídica/Inadimplência		55.152.370,49	47.393.049,01	Contas Internacionais a Pagar	53.586.844,21
Valores a Apurar		2.251.684,10	1.695.867,80	Precatórios Judiciais	1.330.313,02
Outros Créditos		17.203.825,18	29.234.900,43	Provisões	13.280.112,06
				Empréstimos e Financiamentos	47.456.754,33
				Participação nos Lucros e Resultados	-
				Outros Débitos	19.268.007,71
Realizável a Longo Prazo		575.177.809,16	419.629.438,11	Exigível a Longo Prazo	
Aplicações		471.031.229,27	338.931.625,06	Empréstimos e Financiamentos	900.704.911,65
Imóveis Funcionais		4.611.278,29	4.690.579,16	Débitos Negociados	476.311.664,25
Despesas Antecipadas		25.749.112,90	25.909.808,76	Postais Res. Amortizar	469.656.019,93
Depósitos Judiciais Trabalhistas		65.866.123,47	50.070.238,68	Provisões	17.251.785,51
Outros		7.920.065,23	27.186,45	Tributos Compensados	71.728.398,00
				Mandados e Precatórios	97.217.377,85
					70.166.565,80
					79.281.677,21
Permanente		2.207.864.544,51	2.067.277.334,95	Patrimônio Líquido	
Investimentos		6.180.397,94	6.138.628,14	Capital	2.091.067.986,61
Imobilizado		2.166.801.424,79	2.026.163.260,90	Reservas de Capital	1.871.277.864,54
Imóveis		886.904.407,96	1.004.613.623,48	Reservas de Lucros	1.143.668.303,20
(-) Depreciação Acumulada		(240.722.392,90)	(381.776.530,19)	Reserva Legal	31.613.190,81
Móveis		2.010.335.188,91	1.818.489.928,22	Reserva p/Projeto de Investimento	421.082.215,48
(-) Depreciação Acumulada		(479.086.400,24)	(405.287.372,23)	Lucros Acumulados	60.049.619,18
(-) Amortização		(10.629.378,94)	(9.876.388,38)		361.032.596,30
Diferido		34.882.721,78	34.975.445,91		494.674.477,12
Instalações e Despesas		49.339.374,83	43.862.205,84		289.324.667,97
(-) Amortização Acumulada		(14.456.653,05)	(8.886.759,93)		
TOTAL		4.451.317.263,76	4.159.071.396,73	TOTAL	
					4.451.317.263,76
					4.159.071.396,73

CNPJ 34.028.316/0001-03

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

RUBRICA	2003	2002
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	5.870.228.864,51	5.397.968.540,15
DEDUÇÕES	(257.482.014,30)	(224.192.993,93)
Impostos e Contribuições	(257.482.014,30)	(224.192.993,93)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	5.612.746.850,21	5.173.775.546,22
CUSTOS DOS SERVIÇOS	(3.791.339.628,81)	(3.342.416.818,32)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	1.821.407.221,40	1.831.358.727,90
Receitas Operacionais	381.452.133,70	308.681.897,16
Financeiras	381.452.133,70	308.681.897,16
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(1.942.593.816,75)	(1.760.245.466,20)
Financeiras	(344.252.189,73)	(385.971.815,72)
Administrativas	(1.359.177.213,10)	(1.203.430.071,45)
Treinamento	(18.975.913,16)	(16.107.636,02)
Despesas de Depreciação e Amortização	(220.188.500,76)	(154.735.943,01)
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	260.265.538,35	379.795.158,86
RECEITAS (DESPESAS) NÃO-OPERACIONAIS	244.054.874,60	308.059.800,78
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES	504.320.412,95	687.854.959,64
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(202.420.167,22)	(262.517.242,50)
Provisão para Imposto de Renda	(147.339.421,01)	(191.526.819,76)
Provisão para a Contribuição Social	(55.080.746,21)	(70.990.422,74)
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS	(13.689.987,28)	(19.268.007,71)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	288.210.258,45	406.069.709,43

CNPJ 34.028.316/0001-03

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	R\$	
	2003	2002
ORIGENS	675.903.658,40	737.195.594,55
DAS OPERAÇÕES	580.470.771,05	563.595.959,08
Lucro Líquido do Período	288.210.258,45	406.069.709,43
Mais: Depreciação e Amortização	220.188.500,76	154.735.943,01
Baixas de Bens Permanentes	72.072.011,84	2.790.306,64
DE TERCEIROS	95.432.887,35	173.599.635,47
Aumento do Exigível a Longo Prazo	95.403.087,35	173.582.678,96
Imóveis recebidos por Doação	29.800,00	16.956,51
Imóveis devolvidos (recebidos por doações)	-	-
APLICAÇÕES	656.846.029,59	1.126.008.467,97
Aplicações em Investimentos	41.769,80	-
Aplicações no Imobilizado	427.328.783,37	700.645.184,64
Aplicações no Diferido	5.477.168,99	19.525.450,43
Aumento do Realizável a Longo Prazo	155.548.371,05	309.396.276,91
Transferências à União	68.449.936,38	96.441.555,99
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	19.057.628,81	(388.812.873,42)
ATIVO CIRCULANTE	(3.889.713,58)	(119.160.275,36)
No início do período	(1.672.164.623,67)	(1.791.324.899,03)
No fim do período	1.668.274.910,09	1.672.164.623,67
PASSIVO CIRCULANTE	(22.947.342,39)	269.652.598,06
No início do período	(1.482.491.707,89)	(1.212.839.109,83)
No fim do período	1.459.544.365,50	1.482.491.707,89

CNPJ 34.028.316/0001-03

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATÉ 31.12.2003

	CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	INVESTIMENTOS		
Saldo em 31/12/2001	597.151.170,79	31.596.234,30	61.275.588,18	510.577.165,02	361.032.596,30	1.561.632.754,59
Acréscimos às Reservas:						
Imóveis recebidos/devolvidos doação		16.956,51				16.956,51
2000 Projetos de investimentos	510.577.165,02			(510.577.165,02)		
000 Reserva Legal	35.939.967,39		(35.939.967,39)			
2000 Resultado do período				361.032.596,30	(361.032.596,30)	
Destinações:					406.069.709,43	406.069.709,43
Reserva Legal			20.303.485,47		(20.303.485,47)	
Dividendos da União					(96.441.555,99)	(96.441.555,99)
Saldo em 31/12/2002	1.143.668.303,20	31.613.190,81	45.639.106,26	361.032.596,30	289.324.667,97	1.871.277.864,54
Acréscimos às Reservas:						
Imóveis recebidos/devolvidos doação		29.800,00				29.800,00
2000 Resultado do período					288.210.258,45	288.210.258,45
000 Destinações:						
300 Reserva Legal			14.410.512,92		(14.410.512,92)	
Dividendos da União					(68.449.936,38)	(68.449.936,38)
Saldo em 31/12/2003	1.143.668.303,20	31.642.990,81	60.049.619,18	361.032.596,30	494.674.477,12	2.091.067.986,61

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2003**(Valores em R\$)****NOTA 1 - DA ENTIDADE****CARACTERIZAÇÃO**

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com sede em Brasília - DF, no Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco A, CNPJ/MF 34.028.316/0001-03, é Empresa pública de direito privado, criada pelo Decreto-Lei 509, de 20/03/69, vinculada ao Ministério das Comunicações, com capital social no montante de R\$ 1.143.668.303,20 , totalmente integralizado pela União. Rege-se pela legislação federal e por seu Estatuto. Sua estrutura administrativo-operacional é constituída pela Administração Central – AC, composta pelos Conselhos de Administração e Fiscal, pela Diretoria, pelos Departamentos e Órgãos do mesmo nível e pela Administração Regional, representada por 24 Diretorias Regionais.

ÁREA DE ATUAÇÃO

A Empresa atua na área postal desde 1969, sendo detentora da exclusividade sobre os serviços de recebimento, transporte e entrega de carta, cartão postal e correspondência agrupada e o recebimento, transmissão e entrega de telegramas, conforme previsto na Lei 6.538/78.

Atua na área financeira como agente arrecadador - em parceria com os órgãos do Governo, prestando serviços de pagamento a aposentados e pensionistas da previdência social e outras atividades semelhantes - e como correspondente bancário na prestação de serviços básicos de recebimento de proposta de abertura de contas corrente e de poupança, saques, depósitos, bem como recebimento de títulos, dentre outros.

Na área comercial, vem expandindo as atividades, colocando à disposição da população 27 mil pontos de venda de produtos e serviços postais, 26,6 mil Caixas de Coleta e 4,5 mil Caixas Postais Comunitárias. Foram instaladas, em 2002, por permissionários, 119 ACCs tipo I e em 2003 177, totalizando 296 unidades, projetadas de acordo com o novo modelo de unidades para atendimento de varejo.

A estrutura operacional da ECT conta com uma rede logística de 859 unidades de Tratamento e Distribuição, 149 Regiões Operacionais – REOPS, 8 Terminais de Carga sendo 4 aéreos e 4 de superfície e 37 Centros de Transportes Operacionais.

NOTA 2 - AVALIAÇÃO DOS VALORES APRESENTADOS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com a Legislação Societária vigente, Lei 6.404/76 e em observância da Lei 9.249/95 (artigos 4º e 5º), que trata da extinção da Correção Monetária de Balanço.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As Receitas e Despesas foram processadas descentralizadamente em vinte e quatro Diretorias Regionais e na Administração Central, a qual consolida mensalmente os balancetes para geração do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Empresa.

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo, bem como a provisão para devedores duvidosos, constituída até o limite considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

a) Estoques: avaliados pelo custo médio de aquisição, que não supera os preços de mercado e é inferior ao custo de reposição.

b) Investimentos: registrados pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária até o exercício de 1995 e deduzidos da provisão necessária à sua realização a valor de mercado.

c) Imobilizados: demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos monetariamente até 1995, observadas as leis 7.799/89, 9249/95 e Decreto 332/91. Os encargos financeiros decorrentes de empréstimos que financiam aquisição de bens e obras, enquanto em andamento, estão sendo capitalizados. Os gastos incorridos com manutenção e reparos, quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou vida útil) também são capitalizados, enquanto que os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. Os custos financeiros com juros incorridos com o projeto de Mecanização da Triagem não são capitalizados.

A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil. As principais taxas aplicadas são as seguintes:

- Imóveis: 4% a.a.
- Equipamentos de Informática: 20% a.a.
- Instalações e Máquinas/Equipamentos: 10% a.a.
- Veículos: 20% a.a.
- Outras imobilizações: 20% a.a.

d) Diferido: demonstrado pelo valor de custo corrigido monetariamente até 1995, ajustado por amortizações a partir da data em que começam a ser usufruídos os benefícios, em períodos que não ultrapassam o prazo máximo de dez anos, estabelecido na Lei 6.404/76.

e) Demais ativos: apresentados pelo valor de realização acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até o exercício de 1995.

f) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo: registrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias.

g) Provisões: os critérios de constituição das provisões registradas durante o exercício foram os seguintes:

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – constituída ao final do exercício, com base no percentual correspondente à relação entre a soma das perdas ocorridas nos últimos três anos e a soma dos créditos de mesma espécie existentes no início dos anos correspondentes;

Provisão para Alcances - constituída mensalmente, à base de 90% do saldo registrado na conta Alcances, para absorver perdas causadas por detentores de valores e/ou bens da Empresa;

Provisão para 13º Salário - constituída mensalmente, no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado, e encargos sociais respectivos, com base nas informações disponibilizadas pelo Sistema de Gestão de Pessoal (POPULIS);

Provisão para Férias - constituída mensalmente, com base nos registros do Sistema de Gestão de Pessoal (POPULIS), pelo valor efetivo dos períodos aquisitivos, individualmente, considerando os salários, gratificação de férias e encargos sociais respectivos. Tendo em vista a revisão do processo de cálculo por orientação da auditoria independente, aos valores normalmente calculados foram acrescidos R\$ 44 milhões de ajuste;

Provisão para Prejuízos a Apurar - desmembrada em delito interno e externo, sendo que, no caso de delito externo, a provisão foi constituída mensalmente à base de 90% e no caso de delito interno em 50% do saldo registrado nos respectivos detalhes da conta Prejuízos a Apurar. É utilizada para fazer face às perdas referentes a roubos, furtos, extravios e espoliações, cujo processo se encontra em fase de apuração;

Provisão para Agência de Correios Franqueada Inadimplente (ACFs) - constituída mensalmente, à base de 50% do saldo registrado nas contas ACFs Inadimplentes, Inadimplentes com Cobrança Judicial, Descredenciadas com Cobrança Judicial e Tomada de Contas Especial, para absorver possíveis perdas referentes a inadimplências das Agências de Correios Franqueadas;

Provisão para Débitos Agências de Correio Comercial (ACC) constituída mensalmente, à base de 50% do saldo registrado nas contas Inadimplentes, Inadimplentes com Cobrança Judicial e Descredenciadas com Cobrança Judicial.

Provisão para Valores em Cobrança Jurídica - constituída mensalmente, à base de 50% do saldo das subcontas Cheques em Cobrança Jurídica e Outros Direitos em Cobrança Jurídica, para fazer face às perdas decorrentes de valores ou títulos entregues ao órgão jurídico para cobrança;

Provisão para Empréstimo Compulsório - constituída à base de 100% do valor lançado a título de empréstimos compulsórios sobre aquisição de veículos e combustíveis, conforme Decreto 2288/86;

Provisão para Reclamações Trabalhistas/Cíveis/Fiscais – constituída mensalmente para fazer face às demandas judiciais oriundas de processos ajuizados contra a ECT. Valores definidos com base em pareceres da área jurídica, os quais têm como referência o grau de risco existente, classificados em perda provável (100%), possível (50%) e remota (0%);

Provisão para Ações de Cobrança de Fornecedores - constituída para lastrear os valores envolvidos nas ações impetradas por fornecedores, que tramitam na esfera judicial;

Provisão para Reservas a Amortizar/ Postalís - por recomendação da Auditoria Externa, foi constituída a provisão no valor de R\$ 71,7 milhões em 2002 e R\$ 77,6 milhões em 2003, totalizando R\$ 149,3 milhões, o que representa 38,46% de R\$ 388,2 milhões, valor este constante no Balanço de encerramento do POSTALIS em 31.12.2003 e que deverá ser provisionado pela Empresa até 2006, para cobertura das reservas a amortizar referentes a serviços passados, conforme comentado na Nota 16.

h) Imposto de Renda e Demais Tributos

A Empresa apura o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ com base no Lucro Real por períodos trimestrais. As provisões foram constituídas mensalmente à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidas do adicional de 10%, nos termos da legislação vigente.

Aplicam-se à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, no que couber, inclusive quanto à opção pelo período de apuração e pagamento, as disposições da legislação do imposto de renda. As provisões foram constituídas mensalmente à alíquota de 9% incidente sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado pelas adições, exclusões e compensações determinadas ou autorizadas pela legislação vigente.

A Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas no período de janeiro a dezembro/03 à alíquota de 1,65% e 3%, respectivamente, sobre a receita total, efetuadas as exclusões e diferimentos permitidos pela legislação.

As demais obrigações tributárias estão em conformidade com as alíquotas estabelecidas pela legislação.

NOTA 4 - DISPONÍVEL

As disponibilidades da Empresa em 31/12/03 somam R\$ 759.665.925,49 (R\$ 850.523.628,18 em 2002), assim distribuídas: Caixa R\$ 69.730.010,68 (R\$50.804.665,88 em 2002), Bancos R\$ 125.169.263,52 (R\$ 54.507.106,26 em 2002) e Aplicações R\$ 564.766.651,29 (R\$ 745.211.856,04 em 2002). O item Aplicações foi reduzido em consequência da transferência de parte dos recursos para o grupo Realizável a Longo Prazo.

Por decisão do Conselho Monetário Nacional, que decidiu flexibilizar as restrições estabelecidas e dar maior liberdade operacional às empresas, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução nº 2.917, de 19/12/2001, autorizando a constituição de Fundo de Investimento Extramercado Comum e Fundos de Investimentos Exclusivos, para acolher as aplicações das disponibilidades resultantes de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta que exerçam atividades não sujeitas à Supervisão do Banco Central do Brasil. Em 31/12/03 o saldo de R\$ 564.766.651,29 representa o valor aplicado no Fundo Exclusivo 14.

NOTA 5 - CRÉDITOS

O saldo de R\$ 721.281.326,59 (R\$ 635.962.139,57 em 2002) refere-se aos direitos da Empresa com os usuários dos serviços, que estão representados por: Serviços Faturados R\$ 523.276.579,52 (R\$ 425.159.113,21 em 2002); Serviço a Crédito a Faturar R\$ 36.471.672,12 (R\$ 45.596.641,61 em 2002); Débitos de Agências Franqueadas R\$ 55.133.298,02 (R\$ 46.737.097,21 em 2002); Débitos Internacionais R\$ 63.036.790,50 (R\$ 78.921.717,40 em 2002) estes, corrigidos pela variação do Direito Especial de Saque - DES; Débitos de Terceiros R\$ 41.392.680,33 (R\$ 37.789.128,51 em 2002) e Outros Créditos R\$ 1.970.306,10 (R\$ 1.758.441,63) em 2002) – distribuídos em diversas rubricas.

NOTA 6 - ESTOQUES

O saldo dos estoques na data do balanço é de R\$ 39.296.513,64 (R\$ 34.887.151,45 em 2002), representados por materiais de consumo que foram registrados de acordo com o Parecer Normativo CST 06/79 e 199/70, ou seja, registro permanente do estoque emitido por sistema de processamento de dados (Sistema MAT).

NOTA 7 - DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de R\$ 4.660.581,53 (R\$ 2.918.716,37 em 2002) representa despesas que serão apropriadas, parceladamente, num período maior que um mês, tais como: seguros, vale transporte, IPVA, IPTU e outros.

NOTA 8 - OUTROS VALORES E BENS

O saldo de R\$ 143.370.562,84 (R\$ 147.872.988,10 em 2002) engloba entre outros: Adiantamentos concedidos a empregados e terceiros R\$ 49.077.643,61 (R\$ 48.367.639,67 em 2002); Valores a Compensar R\$ 19.685.039,46 (R\$ 21.181.531,19 em 2002), que são apropriações e retenções fiscais e parafiscais; Cobrança Jurídica/Inadimplência R\$ 55.152.370,49 (R\$ 47.393.049,01 em 2002), contabilizados pelo valor original e deduzidos das provisões para cobertura das perdas; Valores a Apurar R\$ 2.251.684,10 (R\$ 1.695.867,80 em 2002), relativos aos processos em andamento por delitos internos e externos, registrados pelo valor original e já deduzidos das provisões para cobertura das perdas; e outros créditos R\$ 17.203.825,18 (R\$ 29.234.900,43 em 2002).

NOTA 9 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Composição do saldo do grupo, no valor de R\$ 575.177.809,16 (R\$ 419.629.438,11 em 2002): Aplicações no Fundo Exclusivo 15 R\$ 175.311.328,46 (R\$ 147.438,610,45 em 2002); Fundo Exclusivo 13 R\$ 295.719.900,81 (R\$ 191.493.014,61 em 2002); Imóveis Funcionais R\$ 4.611.278,29 (R\$ 4.690.579,16 em 2002), resultante da alienação aos empregados com financiamento administrado pela Caixa Econômica Federal; Despesas Antecipadas R\$ 25.749.112,90 (R\$ 25.909.808,76 em 2002), relativas aos seguros a vencer por conta dos financiamentos externos; Depósitos Judiciais R\$ 65.866.123,47 (R\$ 50.070.238,68 em 2002), referentes aos depósitos judiciais efetuados pela Empresa relativos aos autos de infração e reclamações trabalhistas; e Outros R\$ 7.920.065,23 (R\$ 27.186,45 em 2002).

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

Os recursos aplicados em Investimentos, depois de deduzidas as provisões, somam R\$ 6.180.397,94 (R\$ 6.138.628,14 em 2002). Parte do valor bruto, R\$ 28.061.890,63, está aplicada em Investimentos com Incentivos Fiscais – FINAM/FINOR, conforme art. 592, Decreto nº 3.000, de 26/03/1999 – RIR/99, cujos valores permaneceram inalterados em relação ao exercício anterior, assim distribuídos: Certificado de Investimento – FINOR; R\$ 14.327.803,96 Certificado de Investimento – FINAM R\$ 4.825.434,17; Depósito para Investimento – FINOR R\$ 940.357,76; Depósito para Investimento – FINAM R\$ 7.968.294,74. Com a finalidade de resguardar possíveis riscos de perdas no investimento foi provisionado o valor de R\$ 26.709.849,67 em 2002, ou seja, cerca de 95% do valor investido.

NOTA 11 - IMOBILIZADO

Em razão da entrada em produção do Módulo do Ativo Fixo, que passou a controlar os bens da Empresa, suas depreciações, amortizações e correção monetária, esta quando houver, procedeu-se aos ajustes das contas contábeis de Prédios, Terrenos e Bens Móveis, tendo em vista que aquele sistema possui controle dos bens, item a item, data de aquisição, incorporação e respectiva depreciação. O saldo do Ativo Imobilizado ao final do exercício de 2003 apresentou o montante de R\$ 2.166.801.424,79 (R\$ 2.026.163.260,90 em 2002), composto das seguintes parcelas:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	SALDO EM 2003	SALDO EM 2002
IMÓVEIS		
PRÉDIOS	583.661.942,62	674.282.187,32
TERRENOS	128.030.223,61	194.692.398,44
INSTALAÇÕES EM PRÉDIOS PRÓPRIOS	124.845.039,99	98.856.646,36
BENFEITORIA EM IMÓVEIS DE TERCEIROS	50.367.201,74	36.782.391,36
OBRAS EM ANDAMENTO	135.775.321,24	94.272.402,83
MÓVEIS		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	102.100.572,49	76.122.873,32
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	981.682.773,05	585.602.606,54
VEÍCULOS MOTORIZADOS	167.985.845,87	179.552.828,73
VEÍCULOS NÃO MOTORIZADOS	6.483.623,67	5.720.792,21
FERRAMENTAS E INSTRUMENTOS	1.619.479,54	1.623.072,72
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	309.592.501,76	245.020.805,52
SOFTWARE, LICENCIAMENTO E SIMILARES	30.890.635,15	38.990.137,33
AQUISIÇÕES EM ANDAMENTO	273.866.700,40	591.246.673,28
BENS INTANGÍVEIS	337.735,74	337.735,74
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(730.438.172,08)	(796.940.290,80)
Total Geral	2.166.801.424,79	2.026.163.260,90

NOTA 12 - PASSIVO CIRCULANTE

DIVIDENDO A PAGAR – à União, acionista único, é garantido um dividendo de pelo menos 25% do lucro do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei 6404/76, correspondente a R\$ 68.449.936,38, (R\$ 96.441.555,99 em 2002).

ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS – o saldo de R\$ 113.303.598,41 (R\$ 137.125.368,72 em 2002), refere-se aos valores de terceiros, recebidos pela ECT mediante contratos para prestação de serviços de recebimentos de contas, de remessa de valores ou venda de produtos de terceiros em consignação.

ADIANTAMENTO DE CLIENTES – o saldo de R\$ 334.007.319,12 (R\$ 297.586.447,59 em 2002), referente aos recursos de terceiros em poder da Empresa, está composto, entre outros valores, da seguinte forma: Filatelistas R\$ 401.458,79 (R\$ 319.227,13 em 2002); Adiantamentos de Clientes R\$ 11.683.788,12 (R\$ 7.935.839,35 em 2002); Depósitos do INSS para Pagamento de Benefícios R\$ 299.875.290,85 (R\$ 256.954.779,34 em 2002); Créditos a Realizar - SIAFI R\$ 3.805.616,96 (R\$ 12.077.450,29 em 2002).

CONTAS INTERNACIONAIS A PAGAR – o saldo de R\$ 53.586.844,21 (R\$ 57.863.147,72 em 2002) representa as obrigações da Empresa para com as Administrações Postais, Operadores Privados e Cias. Aéreas, corrigidas pela variação do Direito Especial de Saque - DES.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – o saldo de R\$ 61.909.682,25 representa os valores vencíveis em 2004, transferidos do Exigível a Longo Prazo para o Passivo Circulante, referentes ao financiamento da Mecanização da Triagem – MECTRI.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS – o saldo de R\$ 13.689.987,28 (R\$ 19.268.007,71 em 2002) corresponde ao valor calculado com base nos critérios de retorno financeiro estabelecidos pela Empresa e deverá ser pago aos empregados em abril/04.

OUTROS DÉBITOS – R\$ 77.437.399,37 (R\$ 127.935.339,58 em 2002), destacando-se:

➤ RECEITAS A APROPRIAR – R\$ 63.757.717,24 (R\$ 116.324.327,07 em 2002): desse total, R\$ 60.728.876,69 refere-se ao depósito efetuado pelo Banco Bradesco S/A em outubro/2001, em cumprimento ao que determina o parágrafo único da Cláusula Décima Primeira do contrato n.º 10.805/2001, correspondente à remuneração de acesso aos grupos de agências da ECT, estipulada no processo de seleção de parceiros para prestação de serviços de correspondente bancário, nos moldes estipulados pela Resolução n.º 2.707 de 30/03/2000, do Banco Central do Brasil. Conforme informação prestada pelo Departamento de Administração do Banco Postal, por meio da CI/ASS/DEBAN-0156/2004, este valor poderá ser transferido em 2004, em sua totalidade, para o grupo da receita, tendo em vista a previsão de implantação do processo em toda a rede de agências no segundo semestre de 2004. O restante, R\$ 3.028.840,55 refere-se à apropriação de aluguel de caixa postal, que também deverá ser apropriado em 2004 às receitas.

NOTA 13 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - a conta de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 476.311.664,25 (R\$ 469.656.019,93 em 2002), está assim constituída:

➤ financiamentos em moeda estrangeira, cujos desembolsos autorizados somam R\$ 408.282.942,84 (R\$ 366.099.485,55 em 2002), com períodos de amortização entre cinco e dez anos com garantias do Banco do Brasil S/A, cuja composição de saldo é a seguinte:

Agente financeiro	Vigência	Moeda	Valor do Contrato	Cotação 31/12/03	Valor Integral do Contrato em 31/12/03	Desembolso Contabilizado até 31/12/03	Saldo Remanescente em 31/12/03	Desembolso Contabilizado até 31/12/02	Saldo Remanescente em 31/12/02
					R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
KFW (Alemanha)	28.02.00	EUR	62.129.884,50	3,65059	226.810.735,05	180.881.555,81	45.929.179,24	149.070.132,61	80.884.995,90
Socièté Generale (França)	29.02.00	EUR	53.766.839,00	3,65059	196.280.684,78	32.631.158,84	163.649.525,94	44.793.907,75	154.207.916,76
JBIC/Marubeni Corporation (Japão)	12.05.00	JPY	6.839.081.549,00	0,027011	184.730.431,72	138.994.755,76	45.735.675,96	143.855.756,17	59.805.253,28
Danske Bank A/S (Dinamarca)	14.06.00	EUR	18.251.878,23	3,65059	66.630.124,14	55.775.472,43	10.854.651,71	28.379.689,02	39.174.162,68
TOTAL					674.451.975,69	408.282.942,84	266.169.032,85	366.099.485,55	334.072.328,62

➤ financiamentos em moeda nacional, cujo saldo em 31/12/2003 de R\$ 87.465.498,96, está composto de R\$ 68.028.721,41 registrado no EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, e R\$ 19.436.777,55 no PASSIVO CIRCULANTE. Refere-se ao projeto do Sistema de Rastreamento de Objetos/SRO, contrato 8883/97, correspondente a 85% financiado pelo próprio fornecedor. Em 11/12/2002, a ECT emitiu o Termo de Aceitação Final que, conforme estabelecido na Cláusula Décima Quinta – da vigência/eficácia, item 15.2, finaliza a vigência do referido contrato e define a data de consolidação, iniciando o período de carência de 6 (seis) meses para amortização da dívida (85%) em 60 (sessenta) meses. Em 2003 foram pagas 6 parcelas, restando ainda 54 para pagamento.

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - a Empresa, baseada em avaliação da sua área jurídica, constituiu provisão para contingências de naturezas Trabalhistas, Tributárias e Cíveis, de processos administrativos acima de R\$ 100.000,00 até 30.06.02 e acima de R\$ 5.000,00 até 31.12.2002. Considerando a informatização implantada no órgão jurídico, a partir daquele ano (Sistema de Acompanhamento de Processos Judiciais e Administrativos - IUS) foi possível considerar todos os processos judiciais da Empresa, independente de valor. Dessa forma, no exercício de 2003, a provisão para contingência apresentou saldo contábil de R\$ 113.147.122,82 (R\$ 97.217.377,85 em 2002).

TRIBUTOS COMPENSADOS - o saldo dessa rubrica ao final do exercício importou em R\$ 75.115.529,68 (R\$ 70.166.565,80 em 2002) e refere-se a valores de tributos não recolhidos e compensados com créditos apurados em trabalho realizado pela IAB.

MANDADOS E PRECATÓRIOS - O saldo de R\$ 86.754.905,22 (R\$ 79.281.677,21 em 2002) representa as obrigações da Empresa por determinação judicial, cujos pagamentos deverão ocorrer até 31 de dezembro do exercício subsequente.

NOTA 14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL – o Capital Social da Empresa é de R\$ 1.143.668.303,20, conforme Decreto s/nº de 08 de agosto de 2002 (DOU nº153, Seção 1, de 09/08/02).

RESERVA DE CAPITAL - OUTRAS RESERVAS: o montante de R\$ 31.642.990,81 (R\$ 31.613.190,81 em 2002) refere-se a aplicações em incentivos fiscais e recebimento de bens em doações de órgãos públicos.

RESERVA DE LUCROS - RESERVA LEGAL: o valor de R\$ 60.049.619,18 (R\$ 45.639.106,26 em 2002) representa o destaque de 5% do lucro líquido dos exercícios de 2001, 2002 e 2003, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76, e se destina a assegurar a integridade do Capital Social.

RESERVA DE LUCROS – RESERVA P/PROJETOS DE INVESTIMENTO: o valor de R\$ 361.032.596,30 foi constituído para cobertura de parcela de investimentos da ECT, conforme aprovação em 27/12/02 pelo Ministro de Estado da Fazenda comunicada pelo OF 1946/PGN/PGA – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, de 30/12/2002, com vistas ao atendimento do programa de modernização estrutural, empresarial e tecnológico da Empresa.

LUCROS ACUMULADOS: o saldo desta conta, no valor de R\$ 494.674.477,12, (R\$ 289.324.667,97 em 2002), representa o montante dos lucros auferidos pela Empresa no exercício de 2002 acrescidos de R\$ 205.349.809,15 obtidos em 2003, já deduzidos a Reserva Legal e os Dividendos.

NOTA 15 - REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

Atendendo ao disposto no artigo 3º do Decreto 95.524, de 21/12/87, estão demonstradas, abaixo as menores e as maiores remunerações percebidas por dirigentes e empregados da Empresa, no mês de encerramento do exercício, acrescidas de um duodécimo das parcelas pagas com periodicidade diversa da mensal, como segue:

REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS	MENOR REMUNERAÇÃO	SALÁRIO MÉDIO	MAIOR REMUNERAÇÃO
Dirigentes	15.069,90	-	16.576,89
Empregados	419,70	769,02	13.328,76

NOTA 16 - FUNDO DE PENSÃO

A ECT é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – POSTALIS, que tem por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes, através de plano de benefício definido. Suas reservas matemáticas são calculadas atuariamente e revisadas anualmente. A ECT contribui com uma parcela mensal de, no máximo, 8,921% da folha de pagamento, composta da taxa de contribuição normal (paritária entre a patrocinadora e o participante) e da taxa de contribuição especial (4,926%), destinada à cobertura das reservas a amortizar referente a serviços passados, cujo montante em 31/12/2003 atingiu a R\$ 388,2 milhões, para o qual já houve apropriação de R\$ 149,3 milhões no resultado pela ECT, de forma linear desde 2002, conforme IN/CVM nº 371, de 13.12.2000 e NPC 26 do IBRACON. A diferença, no valor de R\$ 238,9 milhões, será apropriada no resultado da Empresa em três anos, até 2006. Está prevista a implantação, no decorrer de 2004, do novo Plano de Benefícios de Contribuição Definida – POSTALPREV, cujo regulamento foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS. As contribuições referentes ao ano de 2003 foram debitadas em despesas, totalizando ao final do exercício R\$ 105.448.861,38 (R\$ 93.462.123,43 em 2002).

Os valores acima foram determinados com base nos cálculos atuariais procedidos pelos atuários contratados pelo POSTALIS. O método de apuração adotado foi o do Programa Maior, objetivando manter consistência com a apuração efetuada no POSTALIS (e não o método da Unidade de Crédito Projetada – PUC, sugerido pelo Instituto dos Auditores Independentes, que se adotado não afetaria relevantemente o resultado, o patrimônio líquido e os respectivos indicadores econômico-financeiros da ECT).

NOTA 17 - EVENTOS SUBSEQÜENTES

SOLUÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO EMPRESARIAL – ERP

➤ MÓDULO ATIVO FIXO

o Módulo do Ativo Fixo já controla desde fevereiro de 2003 os bens móveis da Empresa e terá todos os bens imóveis sob sua gestão a partir de janeiro de 2004.

➤ MÓDULO ORÇAMENTÁRIO

O Módulo Orçamentário, como parte importante do ERP, será implantado em todas as Diretorias Regionais no exercício de 2004.

➤ MÓDULO TRIBUTÁRIO

Será ativado, a partir de 2004, o Módulo Tributário, que tem por finalidade, entre outras, promover o cadastro e alterações no CNPJ das unidades da ECT; a retenção de tributos e contribuições e seus recolhimentos, inclusive as retenções previstas na Lei 10.833/03 e a elaboração dos livros fiscais.

➤ **MÓDULO DE CONTAS A PAGAR**

Em produção desde setembro de 2003 na DR/Brasília, este Módulo será utilizado por todas as Diretorias Regionais, a partir de 2004.

➤ **MÓDULO DE FATURAMENTO E MÓDULO DE CONTAS A RECEBER**

Estão previstos para implantação até julho de 2004 os Módulos do Faturamento e do Contas a Receber, que propiciarão a padronização dos contratos, a flexibilização do faturamento e aumentarão o controle sobre a carteira de clientes.

CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os contratos de empréstimos e financiamentos contém cláusulas que incidem juros a transcorrer até o final do contrato. A ECT adota o critério de contabilizar esses juros no mês de pagamento. O total dos juros a incorrer em 31/12/2003 para o período de 2004 a 2013 estava assim composto: K.F.W. – KREDITANSTALT FÜR WIEDERANFBAU – R\$ 49.768.475,21; DANSKE BANK S/A - R\$ 12.501.832,41; MARUBENI CORPORATION - R\$ 7.315.166,50; JBIC – JAPAN BANK FOR INTERNATIONAL COOPERATION - R\$ 10.870.819,80; totalizando R\$ 80.456.293,92. Os juros foram calculados pela cotação da moeda original dos contratos em 31/12/2003.

CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

A Lei 10.833/2003 alterou a alíquota da COFINS de 3% para 7,6% com vigência a partir de 01.02.2004. Estima-se que essa alteração provocará um acréscimo na carga tributária da ECT da ordem de R\$280 milhões em 2004. Além disso, a referida Norma alterou a Lei 9.430/96 ampliando para as empresas cuja União tenha participação acionária, além dos órgãos da administração direta e indireta, a obrigação de fazer retenção, a título de IRPJ, CSLL, COFINS e PASEP, nos pagamentos efetuados a pessoas jurídicas. Para isso, a ECT terá que adaptar seus sistemas para cumprir com esta obrigação.

AIRTON LANGARO DIPP
Presidente

GERSON CARRION DE OLIVEIRA
Diretor Econômico-Financeiro

PAULO ROBERTO MENICUCCI
Diretor Comercial

EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS
Diretor de Tecnologia e de Infra-Estrutura

MAURÍCIO COELHO MADUREIRA
Diretor de Operações

GABRIEL PAULI FADEL
Diretor de Administração

ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
Diretor de Recursos Humanos

GERVÁSIO A. C. DE CARVALHO
Contador CRC/RS-044.497/T-0

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

1- Examinamos o balanços patrimonial da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em 31 de dezembro de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2- Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Empresa; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3- Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em 31 de dezembro de 2003, resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4- A Empresa está em tratativas adiantadas para celebrar um acordo com o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, relativos a valores a receber e a pagar, pendentes de acerto financeiro há longa data, estando esse processo sendo analisado presentemente na Advocacia Geral da União AGU. Em 31 de dezembro de 2003, esses valores correspondiam, respectivamente a R\$ 35.289 mil e R\$ 106.748 mil. Dessa forma, em razão do atual estágio das negociações, no momento, não foi possível determinar o seu desfecho, bem como o possível efeito sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1.

5- As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2002 e que estão sendo apresentadas para fins comparativos também foram examinadas por nós, e nosso parecer, datado de 5 de março de 2003, foi emitido sem ressalva.

Brasília, 22 de março de 2004.

Alexandre Ralf Slavic
Sócio-Contador
CRC 1SP207032/O-5 "S" DF
Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" DF